diálogos sobre Cooperação e FILANTROPIA

PARA DEFESA DE DIREITOS E DESENVOLVIMENTO

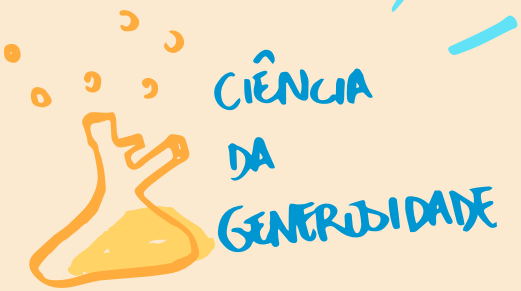
14/07/2021

doar PARA transformar

CESE Em defesa dos Direitos Humanos

pad Processo de Articulação e Diálogo

RODA DE DIÁLOGO COOPERAÇÃO E FILANTROPIA PARA O DESENVOLVIMENTO



apresentação

Esta publicação conjunta da CESE e do PAD – Processo de Articulação e Diálogo Internacional é resultado da sistematização das reflexões realizadas durante uma roda de diálogo promovida pela CESE, que aconteceu de forma virtual nos dias 07 e 14 de julho de 2021, contando com o PAD na mediação de uma das mesas de debate.

As reflexões aqui postas visam colaborar para aprofundar a compreensão sobre o apoio e parcerias para o desenvolvimento, no campo das organizações de defesa de direitos, num cenário de crises econômica e sanitária e de crescimento da filantropia no país. Essa é uma discussão e struturante e nos desafia a um olhar mais abrangente sobre esse cenário que é dinâmico e cheio de incertezas: Qual o atual contexto da cooperação? Quais os novos atores, concepções e práticas? Qual a correlação de forças e as tendências? Como ela será no pós-pandemia?

A CESE, desde sua criação, há quase 50 anos, mantém relação muito próxima com a cooperação internacional, especialmente europeia, vem ampliando a relação com outros setores - como institutos e fundações - e tem também se aproximado de atores que não são tradicionais parceiros, como grandes organizações conservacionistas na Amazônia. Atualmente, vem sendo desafiada a fazer a discussão sobre filantropia ao participar do programa Giving for Change (Doar para Transformar, no Brasil) que envolve oito países.

O PAD, criado em 1995, é formado por agências ecumênicas europeias e entidades parceiras no Brasil - como movimentos sociais, entidades ecumênicas e organizações não governamentais -, tem como objetivo central promover reflexões e ações experimentais relacionadas aos temas das relações de cooperação, do desenvolvimento, dos bens comuns, da desigualdade e dos direitos humanos. Ao longo de sua existência, vem orientando sua atuação na busca da promoção de uma nova cultura de diálogo multilateral e na construção de um espaço de compreensão das políticas de cooperação internacional. Em especial, desde o golpe de 2016, tem se envolvido com as discussões sobre os acordos de cooperação com a União Europeia e os tratados de livre comércio, buscando promover ações de incidência nos âmbitos nacional e internacional e tem pautado esta agenda junto às organizações parceiras, a partir de suas especificidades.

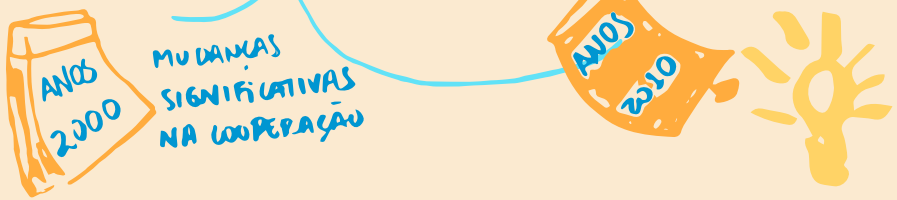
Desejamos que as reflexões aqui compartilhadas sejam úteis para suas organizações. Boa leitura!

Sônia Gomes Mota
Diretora Executiva da CESE

Júlia Esther Castro França
Secretária Executiva do PAD

CESE
Em defesa dos Direitos Humanos

pad
Processo de Articulação e Diálogo



expositoras e expositores

Athayde Motta

Mestre em antropologia, atuou na Oxfam Grã Bretanha, no Fundo Baobá para Equidade Racial e desde 2017 é diretor geral do IBASE. Desde 2018 participa da diretoria executiva da ABONG. Representa o IBASE na Rede Latino-americana sobre Indústrias Extrativistas. Fellow da Fundação Sinergus e membro do conselho global do Conselho Administrativo da Coalizão Publish What You Pay.

Aurélio Vianna Jr.

Doutor em antropologia social com pós-graduação no programa de nova cartografia social e saberes tradicionais da Amazônia, atuou como docente e pesquisador na UFRJ, UNB, FGV, trabalhou na Fundação Ford, no INESC, na Rede Brasil, no Instituto de Estudo Amazônicos e no Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), foi diretor do programa piloto de conservação das florestas tropicais e do programa de áreas protegidas da Amazônia.

Avanildo Duque da Silva

Agrônomo, gestor ambiental, mestre em Geografia com especialização em cooperativismo. Contribuiu para a fundação do MAB, do Centro Sabiá, para a construção da ASA (Articulação no Semiárido Brasileiro) e da ANA (Articulação Nacional de Agroecologia). Foi coordenador geral de programas da ACTION AID Brasil e, atualmente, é assessor político e pedagógico do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural de Pernambuco. Presta assessoria temática a organizações agroecológicas da Amazônia Oriental. Foi o primeiro homem agraciado com o Prêmio Cláudia, na categoria "Eles por Elas".

Iara Pietricovsky

Antropóloga, atriz, ativista dos direitos humanos, integra o colegiado de gestão do INESC, atua como codiretora da ABONG e é presidente do Forus.

expositoras e expositores

Nina Madsen

Doutora em Sociologia pela UNB, integra a equipe da Open Society Foundation como oficial de programa de iniciativas para direitos humanos e para a América Latina e Caribe. Compôs o colegiado de gestão do CFEMEA entre 2012 e 2015. Coordenou o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero da Secretaria de Políticas para as Mulheres (2008/2011).

Rui Mesquita

Mestre em estudos e desenvolvimentos de ciência política pelo Instituto de Estudos Sociais de Haia (Holanda). Tem mais de 25 anos de experiência com movimentos sociais, sociedade civil e em fundações doadoras, no Brasil, na América Latina, nos Estados Unidos e na Europa. Foi conselheiro nacional de políticas públicas de juventude durante o governo Lula. Foi diretor para América Latina da Fundação Kellog.

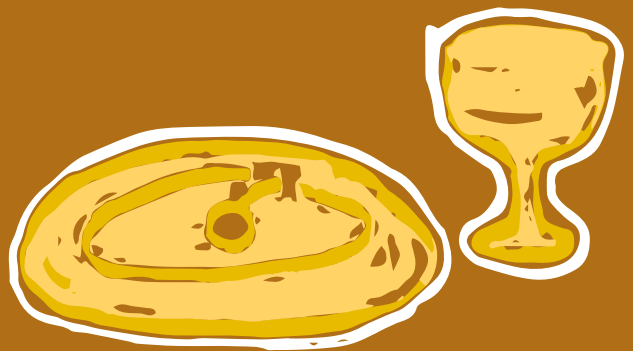
mediador e mediadora

Domingos Armani

Nasceu em Bento Gonçalves (RS), sociólogo e mestre em ciência política pela UFRGS. Trabalhou na CAMPI e na Christian Aid e, desde 1997, é consultor, com foco em desenvolvimento institucional de organizações da sociedade civil.

Júlia Esther Castro França

Foi coordenadora do Centro de Educação e Assessoria Popular (CEAP/RO), foi coordenadora do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) e desde 1998 é secretária executiva do PAD – Processo de Articulação e Diálogo.



ENFRENTAMENTO DA FOME E DEFESA DA EDUCAÇÃO

PARA doar transformar

Diálogo sobre Cooperação e Filantropia

SUMÁRIO

Cooperação Internacional: Alguns elementos históricos 06
Contexto atual, cooperação no Brasil e perspectivas pós-pandemia..... 09
Desafios 15

Facilitação gráfica: Mônica Santana | Textos: Lucyvanda Moura e Katia Visentainer

cooperação internacional

Alguns elementos históricos[1]

Antes mesmo do final da II Guerra Mundial, inaugura-se o processo de estabelecimento de uma estrutura jurídica e de um sistema multilateral de instituições visando garantir a convivência entre países (Estados nacionais), algo que já havia sido tentado com a experiência fracassada da Liga das Nações. O contexto do pós-guerra parece ter sido determinante para o estabelecimento de uma nova ordem mundial e inclui a ideia da necessidade do enfrentamento global de uma crise humanitária (representada pelo Holocausto, mas não somente) e de uma crise ecológico-humanitária, reforçada pela possibilidade real de uma guerra nuclear que poderia destruir a terra.

A necessidade de reconstrução do mundo destruído pela guerra e do desenvolvimento (particularmente das antigas colônias) levou à constituição de novas instituições globais multilaterais, inclusive instituições financeiras. O multilateralismo que se afirmava fundamentava-se nos Estados nacionais, inclusive os oriundos da luta anticolonial, em um cenário polarizado, com a disputa entre o mundo capitalista avançado (Primeiro Mundo); o socialismo real (Segundo Mundo); e os países em busca de desenvolvimento (Terceiro Mundo). Os fundamentos institucionais de uma nova cooperação internacional e da emergência de organizações transnacionais da sociedade civil são então estabelecidos.

A cooperação internacional, nesse contexto, é o "aparato instituído após a II Guerra Mundial, incluindo bancos multilaterais de desenvolvimento, agências da ONU, agências bilaterais de cooperação, firmas de consultoria, fundações filantrópicas, organizações privadas laicas e religiosas sem fins lucrativos (com o tempo agrupadas sob a denominação de 'ONGs'), voltado à promoção do 'desenvolvimento' no 'Terceiro Mundo', algo definido em 1949 pelo presidente Harry Truman como uma 'novidade' em relação à postura colonialista anterior das potências capitalistas, pois deveria colocar em seu lugar o 'progresso' e o 'desenvolvimento' em vez da 'exploração' e dos 'fins egoístas' que haviam marcado as relações anteriores"[2].

Esse "aparato instituído" representa a disputa global configurada na Guerra Fria, sendo também por isso muitas vezes contraditório – tanto pelo fato de o momento de construção dos instrumentos multilaterais ser coetâneo ao processo de descolonização, tendo por vezes reforçado uma descolonização sob tutela de organismos multilaterais ou bilaterais, seja pela hegemonia dos Estados Unidos da América mesmo frente aos antigos e novos aliados.

[1]Elaborado a partir de contribuições de Aurélio Vianna Júnior, em artigo encaminhado às organizadoras.
[2]HOFFMANN, M.B. 2009. Fronteiras étnicas, fronteiras de Estado e imaginação da nação. E-papers.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos[3] do final de 1948 estabelece um novo paradigma – se não para a cooperação internacional, pelo menos para parte dela e a sociedade organizada nos mais diversos países e no mundo[4] - e a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI), e do Banco Mundial, com seu Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD), a partir da Conferência Monetária e Financeira da ONU (Bretton Woods, 1944) foram o primeiro exemplo de estabelecimento de uma ordem monetária negociada entre países capitalistas para regular as relações entre Estados nacionais independentes e apoiar financeiramente a Europa destruída pela guerra e o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo, incluindo-se aí as antigas colônias.

A atuação do sistema das Nações Unidas e das instituições de Bretton Woods tem sido objeto de intervenções políticas com vistas a apoiar suas ações, sua reforma ou mesmo o seu fim. Campanhas internacionais vêm sendo realizadas, seja no sentido de democratizá-las, de fazer com que a sociedade civil organizada seja ouvida para além dos governos dos Estados nacionais, seja no de fazer com que convenções ou tratados já aprovados sejam implementados. Além disso, essas instituições multilaterais muitas vezes fornecem o quadro conceitual e político para a atuação de todo o sistema de cooperação internacional, inclusive o bilateral e, muitas vezes, o privado.

[3]A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento-marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos.
[4]KECK M. & SIKKINK K. 1998. Activists beyond borders. Advocacy networks in international politics. Cornell University Press, Cornell, USA.

Possibilidades para uma atuação global foram abertas a partir da aprovação da Declaração Universal de Direitos Humanos e do aparato global constituído em torno dessa declaração, incluindo subsequentes conferências, convenções e tratados no âmbito das Conferências das Nações Unidas. As ações e as institucionalidades criadas em torno dessa agenda informam parte da cooperação internacional, incluindo-se as instituições filantrópicas com ação global.

Assim, de certo modo, no contexto do pós-guerra, as novas institucionalidades multilaterais destacaram a emergência dos Direitos Humanos e o financiamento, ainda que de forma insuficiente, no que tange à implementação dessa agenda. Foi uma guerra mundial, foram genocídios e bombas atômicas que contribuíram para a emergência dessa agenda e também, em menor grau, para a emergência da agenda do meio ambiente. Direitos humanos e meio ambiente passaram a ser apresentados como questões globais e parecem assinalar os limites dos Estados nacionais em enfrentar questões que não podem ser resolvidas apenas por um país ou governo[5].

Há certo consenso entre autores de que somente a década de 1970 foi decisiva para o "despertar da consciência ecológica no mundo", com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Estocolmo, 1972) e a publicação do Relatório Meadows (1972) sobre os limites do crescimento.

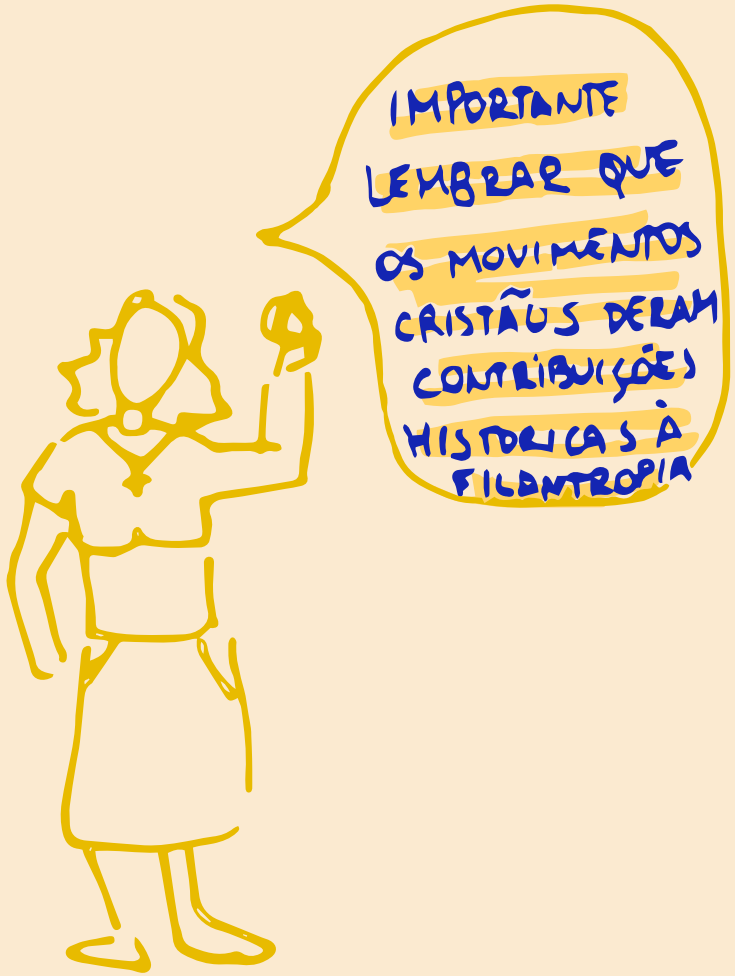
Foi nos anos 1980, com o Relatório Brundtland sobre o "Nosso futuro comum"[6], que os espaços para tal debate passaram a se alargar, culminando na realização da Conferência Rio-92, como parte do chamado Ciclo de Conferências Sociais das Nações Unidas, ao longo dos anos 1990, que constituiu a base para a forte legitimidade do chamado desenvolvimento sustentável, que incluía o desenvolvimento humano em sua agenda.

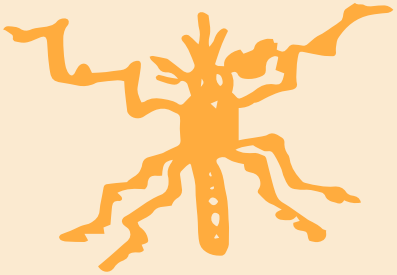
Como parte desse processo, o sistema de cooperação internacional e as instituições financeiras multilaterais passaram gradativamente a absorver agendas relacionadas a direitos humanos e meio ambiente à agenda de desenvolvimento em suas diretrizes; porém, com frequência, em movimentos contraditórios, com idas e vindas, respondendo a interesses e a perspectivas diversas.

[5]Nancy Fraser em diversos trabalhos seminais (FRASER, N. 2009. Scales of Justice. Reimagining political space in a Globalizing World. Columbia University Press. New York) evidencia os limites dos Estados nacionais combaterem injustiças. Fraser questiona a ideia de soberania, da oposição de um âmbito doméstico a um internacional, como se o doméstico fosse o espaço do contrato social, da lei e das obrigações legais e o internacional, o da guerra. O questionamento desse Estado soberano ocorre em diversos níveis e por diferentes sujeitos, a partir de: tratados e instituições de direitos humanos; redes de governança global; instituições multilaterais; movimentos sociais transnacionais; organizações transnacionais governamentais; ONGs transnacionais; enfrentamento de questões essencialmente não relacionadas com a dinâmica de Estados nacionais apenas, como mudanças climáticas.

[6]"Muitos de nós vivemos além dos recursos ecológicos, por exemplo, em nossos padrões de consumo de energia. No mínimo, o desenvolvimento sustentável não deve pôr em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na Terra: a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos. Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas".

A Rio-92 foi decisiva para que o ambientalismo passasse a ser algo extremamente relevante nos dias de hoje para todos que lidam com questões relativas a direitos, direitos humanos e mais diretamente a direitos de povos e comunidades tradicionais, assim como para consolidar um novo aparato ambientalista global, com o estabelecimento de novos instrumentos financeiros – como o Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais – PPG7, que foi criado no contexto da realização da Rio-92, com recursos dos 7 países então mais ricos do mundo.





O Fundo Amazônia[7] foi criado em 2008, no governo Lula, como um dos resultados da Conferência das Partes da Convenção-Quadro de Mudança Do Clima, COP-13[8] (Bali, Indonésia, 2007). Surgiu como mecanismo financeiro nacional, dentro do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), para organizar a chegada de recursos da cooperação internacional (além de nacionais) com vistas a apoiar políticas e projetos para "manter a floresta em pé" e assim combater as mudanças climáticas na Amazônia Legal, e, em menor volume, no restante do país e na Pan-Amazônia.

Os recursos recebidos, da ordem de mais U$ 1,3 bilhão, chegavam não a partir de um compromisso com ações futuras do governo e da sociedade, mas como resultado de ações pretéritas. Ou seja, em função da redução do desmatamento, o Fundo passaria a receber mais recursos. O gerenciamento do Fundo também foi inovador, pois construiu mecanismos de participação e transparência, como o conselho com participação da sociedade civil, diferentemente do que havia no passado recente, o Rain Forest Trust Fund, do PPG-7, gerenciado pelo Banco Mundial.

O Fundo Amazônia também representa, tanto em termos institucionais como temáticos, uma nova fase da cooperação internacional, iniciada já no século XXI, com foco em mudanças climáticas e reconhecendo (a partir de uma visão mais otimista) ou subsumindo (de uma perspectiva mais pessimista) as demandas territoriais de povos e comunidades tradicionais associadas à proteção da floresta (agenda de mitigação de mudanças climáticas). Assim, a agenda de direitos de povos e comunidades tradicionais passou a ser cada vez mais também "parte", ou componente, da agenda de cooperação de mudanças climáticas, tanto no que diz respeito à cooperação governamental como da filantropia.

[7] http://fundoamazonia.gov.br/pt/home/
[8] https://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=nao-ha-duvidas-sobre-aquecimento-global-conclui-cop-13&id=010125080130#.Xs_rfBNKhN0

Mas o governo de extrema direita - anti Amazônia e anti Fundo Amazônia - eleito em 2018, congelou esse processo e se isolou da cooperação internacional em geral, o que provocou uma ausência de interlocutores no Brasil. Já está em curso a estadualização dos fundos climáticos, com imensos recursos: só no Fundo Amazônia foi um bilhão e meio de dólares em 10 anos. O Fundo Climático do Pará já existe, com um componente para apoio a povos e comunidades tradicionais e o mesmo vem acontecendo em estados fora da Amazônia, além dos fundos compensatórios criados a partir de TACs (termos de ajustamento de conduta).

Contexto atual, cooperação no Brasil e perspectivas pós-pandemia

Falar da cooperação internacional a partir do Brasil implica refletir sobre três coisas importantes: a pandemia, a epidemia da ascensão da direita e a agenda climática.

No tocante ao enfrentamento dos efeitos da covid 19, pensando no cenário em médio prazo, tem-se avançado mais na perspectiva de "convivência com o vírus" do que num "pós-covid", o que leva à necessidade de fazermos um debate mais aprofundado sobre o papel das organizações da sociedade civil na ajuda humanitária, além da sua atuação mais tradicional.

Não podemos deixar de considerar que a pandemia deixará um rastro de impacto negativo que se avoluma com a hegemonia ultraliberal. Assim, há dois aspectos muito significativos para a construção de uma agenda filantrópica, a partir dos diversos setores da sociedade.

O primeiro aspecto é o enfrentamento da fome, que cresce nas cidades e no campo, aumentando a população em condição de insegurança alimentar e levou o Brasil a retornar para o Mapa da Fome. O segundo aspecto diz respeito a 'não deixar ninguém para trás', como preconiza a agenda 2030. Mas, quando se trata de educação, há um risco muito elevado de que isso ocorra em função de evasão escolar, principalmente de meninas negras da periferia, da educação do campo, de pessoas com deficiência, além do prejuízo para recuperação e aprendizado e ampliação do fosso das desigualdades.

Em termos do financiamento público da sociedade civil, hoje vivemos a ausência total de apoio, dado que estamos sob um regime autoritário, com o desmantelamento total das políticas públicas e dos espaços de controle social. O binômio liberdade-segurança está no centro das definições das políticas no mundo. Há uma visão de restrição do espaço público, de liberdades, de organização, resultando na redução do espaço democrático, de debate, que parecia dado. O momento presente é marcado por tendências hegemônicas trazidas pelo ultra neoliberalismo e ultra conservadorismo que revestem de maior complexidade a atuação das organizações da sociedade civil.

O ultra neoliberalismo aposta na consolidação do Brasil como economia do agronegócio, da mineração e da exploração insustentável dos recursos naturais para gerar commodities para exportação, o que rebate no extermínio de sujeitos que estão nos territórios, a fim de que se avance na ocupação dessas áreas para ampliar o sistema, gerando expropriação e crescente passivo ambiental, contribuindo também para o avanço das mudanças climáticas.

O ultra conservadorismo impõe retrocessos na promoção dos direitos humanos, a partir de uma agenda de costumes conservadores que se alinha com a agenda neoliberal e, no caso do Brasil, se expressa principalmente contra as mulheres (a partir da ameaça aos feminismos), contra a promoção da igualdade racial e os direitos sexuais e reprodutivos que rebatem diretamente nos direitos das pessoas LGBTQIA+. Nesse sentido, qualquer estratégia de cooperação, filantropia, projeto, programa, mobilização de recursos, não pode desconsiderar quem está no front, na resistência da agenda dos costumes, que são as feministas, a partir da interseccionalidade: mulheres negras, população quilombola, populações negras de periferias urbanas, população LGBTQIA+ que vem sofrendo com o aumento do transfeminicídio.

O desafio de compreender os novos desenhos da cooperação para o desenvolvimento, em especial o lugar do setor privado, não é novo, haja vista a política da cooperação holandesa nos anos 1990. É importante também lembrar as iniciativas de mais de 25 anos do PAD e, nos últimos tempos, esse canal de diálogo vem se ampliando para pautar e incidir na cooperação internacional, sobretudo na relação Brasil/Alemanha, com o Departamento de País e num contexto de pandemia, onde as ações de solidariedade tomam outro foco.

Atualmente, as agências de cooperação têm uma maior dependência de recursos governamentais, o que tem rebatimentos na relação com as organizações parceiras. A cooperação orientada para resultados é uma realidade, mas não devemos temer essa perspectiva, pois somos eficientes no uso de recursos públicos (não só os governamentais, mas de toda a esfera pública). Com o avanço da comunicação digital, faz-se necessário que a sociedade civil se prepare para fazer essa prestação de contas de forma sedutora, aglutinadora, criativa, para fidelizar e conquistar parceiros e aliados na nossa jornada.

Sobretudo no contexto pós-pandemia, há grandes incertezas: Vai haver um maior investimento no campo da ajuda humanitária? Quais os possíveis cenários? O que podemos construir coletivamente?

Existe uma pressão forte dos financiadores para encontrar mecanismos para facilitar a transferência de recursos, mas há também uma disputa interna entre financiadores: Qual a diferença entre fazer a transferência de recursos para uma organização estruturada, em um grande centro urbano, e fazer para um fundo comunitário que está se estruturando na Amazônia?

Alguns elementos para pensar a relação entre cooperação para o desenvolvimento e filantropia são as tendências da conjuntura neste momento de crises, sobretudo no contexto brasileiro, com reformas já aprovadas que destituem direitos e outras, em curso, que acentuam a perspectiva da negação desses.

Ao mesmo tempo, estamos vivendo um momento de transformação profunda, de rupturas intensas e de disputas que, em última instância, são para redefinir o humano no planeta. Os movimentos periféricos, feministas, indígenas, negros, de jovens, têm trazido para a cena uma formulação potente e contundente, com uma novidade que apareceu nos Estados Unidos e tem potencial de aparecer no Brasil em 2022 que é o poder de mobilizar eleitoralmente parcelas importantes da população.

As eleições de 2020 nos Estados Unidos mostraram isso. Se não fosse a mobilização dos movimentos afro-americanos e latinos pelo voto, Joe Biden não teria sido eleito. As análises apontam que o voto latino cresceu muito nos Estados Unidos e uma parcela grande foi para Biden. Há mudanças nessa população e nos processos organizativos, porém, se não fosse a abertura do Partido Democrata, a incorporação dos pontos da agenda socialista, antirracista e feminista que Sanders consolidou e apresentou em 2016, essas populações não teriam se mobilizado para votar no candidato democrata.

Os mecanismos e dispositivos da geopolítica global permanecem, em grande medida, inalterados, com a disputa entre Estados Unidos e China definindo fortemente não só a agenda de política externa e de comércio, mas também as agendas de política interna. Esses elementos têm uma influência muito grande no campo da cooperação para o desenvolvimento e da filantropia.

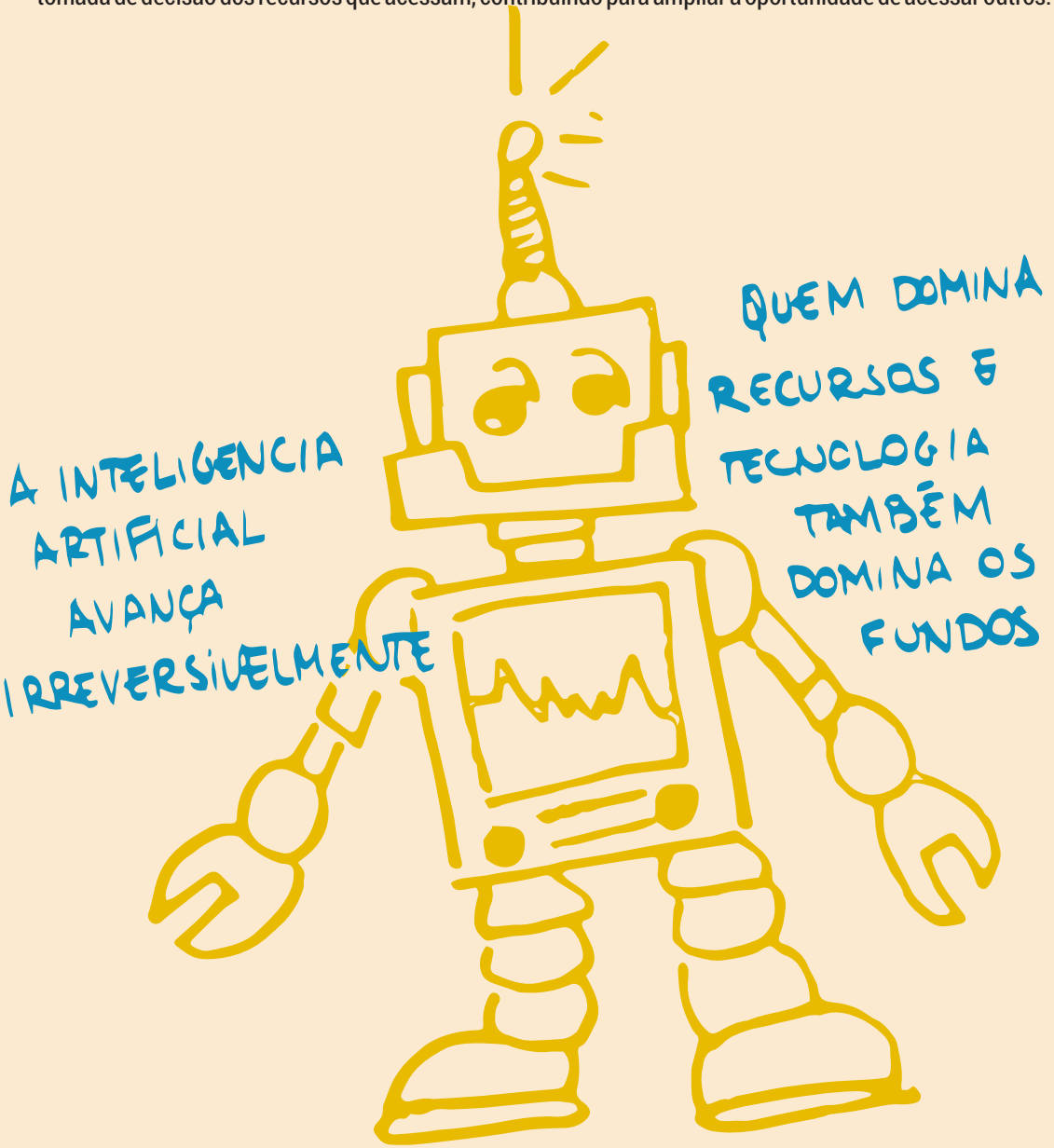
O enfraquecimento do multilateralismo (como prática, como espaço, como campo) e o enfraquecimento dos seus agentes como influenciadores de agendas nacionais e transnacionais traz como consequência o fortalecimento de uma atuação explícita do dinheiro privado, seja na forma de grandes corporações, das organizações filantrópicas ou dos grandes bilionários, nas disputas políticas e nos processos decisórios. Existe enorme competição e uma tendência de diferentes doadores de tentar organizar o campo onde atuam, como, por exemplo, a proposta de criação de consórcios. Existe uma arquitetura em jogo que é eminentemente política.

Se os espaços multilaterais realmente se esgotaram, se as democracias estão em crise e os agentes privados estão assumindo cada vez mais poder e relevância nesse cenário da cooperação e da filantropia, quais os canais de influência que a sociedade civil organizada pode acessar? Quais são as estratégias que pode construir para se posicionar taticamente nesse espaço para manter relevância, para se manter na disputa?

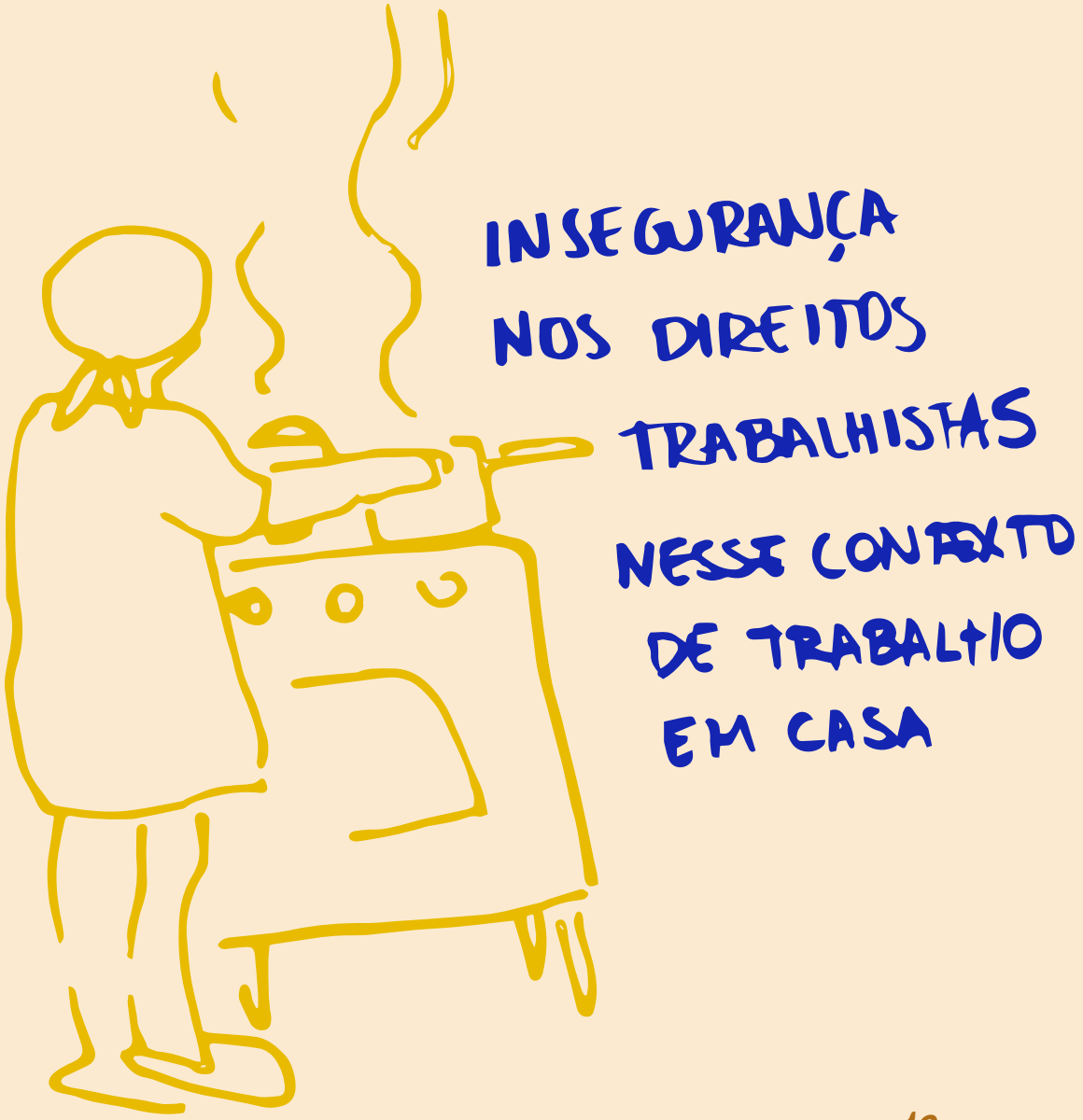
Está havendo uma mudança importante na configuração desses processos organizativos e de luta por poder e espaço no âmbito da sociedade civil organizada, tanto no mundo quanto no Brasil. Novos processos e novos atores estão surgindo, se fortalecendo e disputando lugar, a partir da experiência vivida, o que lhe garante muita legitimidade. É uma disputa por voz, por construir agenda, para ocupar espaço e construir respostas próprias aos desafios colocados em todas as escalas, desde as comunidades até a escala global.

A sociedade civil brasileira tem um acúmulo de experiências - como o MROSC, os fundos comunitários, a incidência junto à formulação de políticas da União Europeia e até a atuação com fundos em ações emergenciais. Ao lado disso, se vê o fortalecimento de processos organizativos de comunidades historicamente marginalizadas, a partir de seus territórios, falando em seu próprio nome e, dentro disso, o que se constata, de forma otimista, é a criação de fundos comunitários que têm na sua matriz as Ligas Camponesas, criadas a partir de uma associação de ajuda mútua para funerais.

O surgimento dos fundos comunitários é um processo que exige muita criatividade para a construção de alternativas para gestão de recursos que não seja a estruturação de uma ONG que engesse a atuação de movimentos, que centralize os recursos, que precise responder às demandas do financiamento e que seja situada em espaços geográficos específicos. Os fundos são muito importantes por serem esse exercício de agência, de poder, de criatividade dos movimentos em assumir a liderança, a gestão e os processos de tomada de decisão dos recursos que acessam, contribuindo para ampliar a oportunidade de acessar outros.



É preciso ampliar esse processo de estruturação, que deve vir com o propósito de garantir e fortalecer uma infraestrutura nova para os movimentos acessarem recursos, viabilizarem a re-transferência de recursos e para facilitar o acesso de novos sujeitos políticos e coletivos aos espaços públicos onde as agendas são construídas, com o cuidado de que essas novas formas de financiamento não venham a engessar o movimento e sua ação orgânica e dinâmica.



A filantropia no Brasil é um campo diverso, heterogêneo, inclusive na composição política e no acesso a fundos e recursos. Esse conceito é muito questionado e está associado a um perfil assistencialista que não tem como cenário utópico a reversão do conservadorismo em curso e que colide com a perspectiva de defesa de direitos defendida por grande parte das organizações da sociedade civil. Mas há uma fração da filantropia nacional e de áreas de responsabilidade social um pouco mais abertas, que atuam para o fortalecimento político do campo de direitos humanos e justiça social, sendo, portanto, necessário mapear esse segmento, identificar com quais setores queremos dialogar e aproveitar as aberturas para construir canais.

Algumas questões nesse debate são: Qual a arquitetura do financiamento? É possível influenciar a filantropia? Que mecanismos temos para regulamentar?

Durante muito tempo as organizações da sociedade civil estavam classificadas como terceiro setor e, a partir da sua atuação, se diferenciaram. Este debate sobre a filantropia vem na mesma perspectiva. Em determinados momentos, podemos estreitar diálogos com quem não tem o propósito de ruptura com a narrativa hegemônica, mas é importante refletir sobre nossa capacidade de fazer a disputa contra hegemônica com esse campo que vem crescendo, inclusive com apoio do setor evangélico neopentecostal. Sempre haverá setores conservadores nesse meio, mas é uma discussão que ainda precisa avançar.

Qual a natureza da nossa generosidade e como podemos transformá-la em motor de transformação? Essa questão cultural sobre filantropia também precisa ser aprofundada, assim como a questão legal, institucional, que ainda tem fragilidades. Nos EUA, existe a ciência da generosidade, cuja premissa básica é que nenhuma sociedade no mundo conseguiu se constituir sem essa generosidade entre os pares.

No Brasil, ainda não nos apropriamos disso com a devida precisão para transformar a generosidade numa força motora de criação de uma filantropia mais progressista, mais inclusiva. Talvez até saibamos lidar melhor com a *pilantropia* do que com as boas filantropias. A linha entre filantropia e *pilantropia* é tênue. As corporações têm um peso grande na definição de políticas públicas e muitas vezes há fundações que desenvolvem ações de mitigação para encobrir essa influência na definição das políticas de governo. Durante a pandemia, algumas empresas atuaram pelo viés do assistencialismo para negar/neutralizar a luta política das organizações da sociedade civil que expõem a invasão dos territórios das comunidades tradicionais.

Portanto, é necessário fazer o exercício de separar o que seria uma filantropia genuína, de uma que é criada a partir de Termos de Ajustamento de Conduta, ou do que é marketing. Já existe reflexão sobre isso no Brasil e é possível separar o joio do trigo. Em que medida estabelecer relações com determinados setores filantrópicos nos ameaça? Em que condições é seguro e coerente para as organizações do campo dos direitos se engajar nesse tipo de relação? O que significa a disputa da filantropia quando vemos uma secretaria nacional de assuntos humanitários fazendo a negociação com as vacinas?

Precisamos aprofundar a discussão com as organizações do campo da luta por direitos, com instituições do campo ecumênico e inter-religioso acerca das organizações que praticam a *pilantropia* e que estão disputando recursos públicos com as organizações do nosso campo. Também é necessário colocar esse debate para alguns setores populares, para os quais as políticas de cooperação governamentais e não governamentais e a questão da filantropia não estão ainda colocadas. Infelizmente, quanto mais despolitizado esse campo, mais difícil fica o debate - a situação social e a despolitização geram adesão a qualquer coisa que possa mitigar efeitos e dar alguma condição melhor de vida para as populações vulnerabilizadas.

Essa agenda da filantropia vai chegar até nós, como a agenda de gênero chegou, positivamente, nos anos 90. As organizações do campo dos direitos navegam nos espaços possíveis e duas lutas políticas são fundamentais, no atual contexto. A primeira é garantir sempre que essa porosidade aumente, o que significa atuar estrategicamente no mundo da cooperação, construir campos coletivos. A segunda é influenciar a concepção democrática, qualificar o que falamos sobre democracia.

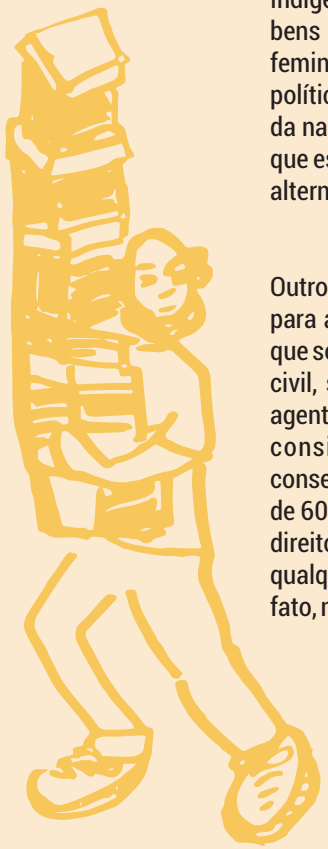
Estamos falando em repartição de poder, que significa encontrar outros atores/atrizes neste cenário público/político de definição e engendramento de futuros diversos, toda a miríade de expressões de diversidade que temos em nossa sociedade que precisam ser valorizadas, pois todas as lutas partem da necessidade de criar uma identidade, uma força política comum para serem reconhecidas. É necessário dar visibilidade a lutas importantes como das mulheres, do povo negro, dos povos indígenas, da população LGBTQIA+.

Essa discussão sobre nosso lugar nos debates sobre o mundo da filantropia (seus conceitos e estratégias) precisa ser feita dialogando com as experiências em curso. O CAA Norte de Minas tem um fundo financiado pelo Banco Mundial e a gestão aponta para sermos "proprietários/as das estruturas". Há também a experiência do ISPN (Instituto Sociedade, População e Natureza), apoiado pelo Fundo Amazônia, que tem uma iniciativa chamada PPP ECOS (Paisagens Produtivas Ecossociais), no Maranhão, e isso tem feito a diferença, promovendo trocas de experiências entre as organizações. A União Europeia, desde o penúltimo edital, está colocando como prerrogativa que haja transferência de fundos, que haja editais. Isso é resultado de diálogos sobre a situação de organizações indígenas, quilombolas que não tinham condições de enfrentar a concorrência dos editais da União Europeia. A CESE está colaborando com um fundo autônomo indígena (Fundo Podaali). Há outras iniciativas de fundos, como o das quebradeiras de coco babaçu e outros que estão sendo criados ou em fase de consolidação.

Foi também o que tentou fazer a Kellogg no Brasil: criar mecanismos nacionais, como o Fundo Baobá (para equidade racial), o fortalecimento do fundo patrimonial do Fundo Brasil de Direitos Humanos, vários fundos comunitários, a Rede de Investidores Sociais para Justiça Social e apoio à CESE, por exemplo. A partir dessas experiências, foram publicados artigos e livros que descrevem a arquitetura e fazem perguntas para o futuro. Como esses fundos comunitários podem significar algum tipo de direção e de inflexão na contra tendência Norte-Sul e maior protagonismo e autonomia dos povos na definição de como aplicar os recursos? Até que ponto as exigências dos financiadores desses fundos vão continuar dando as cartas nas suas formas de funcionar?

Talvez seja importante renomear a filantropia, a partir de uma prática diferenciada, embasada nos valores e crenças e num chamamento que aglutine experiências potentes da sociedade civil no enfrentamento à fome, à injustiça, ao machismo, ao racismo. É necessário valorizar as iniciativas de quem está no front da disputa. Indígenas estão criando formas de solidariedade, que extrapolam os bens monetários, para enfrentamento do ultra neoliberalismo. As feministas têm feito isso, propondo novas práticas na cultura política. Podemos fazer esse enfrentamento e ressignificar, a partir da narrativa e das estratégias que já estão em curso pelos sujeitos que estão na luta, na persistência, na resistência e na construção de alternativas.

Outro debate importante a ser feito é sobre o financiamento público para as organizações da sociedade civil. É importante demonstrar que somos atores políticos legítimos: As organizações da sociedade civil, segundo dados do INESC, teriam aproximadamente 140 mil agentes atuantes na formulação e controle de políticas públicas, considerando os 5.565 municípios com 5 conselhos e 5 conselheiros em cada um deles, número que se aproxima dos cerca de 60 mil vereadores em todo o país. Portanto, por que não temos o direito de receber financiamento, como o poder Legislativo ou qualquer outro poder? Por que não discutir a repartição de poder, de fato, no campo democrático?



O Forus tem uma proposta, chamada Iniciativa Global, e vem fazendo a discussão com agentes institucionais de governos e agências multilaterais, no sentido de que somos merecedores de financiamento público que nos permita sobreviver e atuar com autonomia para construção do bem comum e do futuro comum.

Por outro lado, no campo das fundações e da cooperação internacional, devemos buscar elaborar plataformas de construção de agendas para não sermos só receptores de agendas construídas por fora e termos que nos adequar e fazer esforço para manter a luta política e fazer sobreviver o nosso campo.

Como nós construiremos uma plataforma suficiente para que essa estratégia de provocação desses entes seja possível? Agentes estão abertos para nos receber com esse tipo de debate? Qual o sentido de responder e reagir à agenda constituída por eles? Como conseguiremos ser participantes da construção dessa agenda? Como provocá-los de tal maneira que esse espaço seja aberto?

DESAFIOS

Crise global

A primeira metade do século XX foi um período histórico muito conservador: duas guerras mundiais, nacionalismo extremado, conservadorismo social, político e econômico, nazismo, fascismo, pandemia. A segunda metade do século XX foi muito liberal: liberalismo político, globalismo, movimento hippie, redemocratizações que liberaram sociedades de ditaduras; liberalismo em antagonismo ao conservadorismo da primeira metade do século XX. Há bastante similaridade com o que estamos vendo nesta primeira metade do século XXI com o que ocorreu na primeira metade do século XX, como se a humanidade estivesse repetindo algumas partes da História, sem perceber.

O enfraquecimento do multilateralismo ficou muito explícito durante a pandemia. Alguns exemplos foram o tensionamento que Donald Trump produziu ao retirar os EUA da OMS e a atuação de Bill Gates, que construiu um mercado no processo de formulação da vacina COVAX, tomando conta de algo que deveria ser um direito.

Há ainda outros exemplos da interferência de atores que não fazem parte do sistema multilateral e nem dos Estados-nacionais na definição de quem vai nos governar, quem vai extrair nossos minérios, quem vai ser dono do nosso petróleo e quem quer colocar as mulheres de volta na cozinha. Precisamos refletir sobre a nova correlação de forças com a entrada mais contundente das fundações e corporações no campo do multilateralismo.

A ONU não é mais um espaço possível de debates, perdeu sua relevância política no momento de transição entre Kofi Annan e Ban Ki-moon. O sistema abriu mão de ser um ator político global e a iniciativa privada entrou nesse vazio. O que significa essa perda de espaço para a sociedade civil organizada no Brasil e no mundo? O que significa a perda de espaços de multilateralismo para as disputas, processos de articulação e construção do campo das organizações? Há alguma estratégia explícita junto a esses espaços?

O ciclo das conferências sociais (Beijing, Durban, Conferência de Desenvolvimento Social) foi um processo que fortaleceu demais a sociedade civil, sobretudo a brasileira, ajudou a gerar um impacto maior na discussão nos fóruns internacionais, mas isso hoje está muito debilitado. Tradicionalmente, conseguimos estabelecer relações de solidariedade e de diálogo com parceiros da sociedade civil em outros países, o que já foi melhor em outros tempos, quando as conjunturas também eram melhores.

Será que a pandemia indica um momento de inflexão nas políticas de cooperação, pensando a pré-pandemia e a relação com a agenda climática e ambiental? A própria produção da pandemia é resultante da degradação total que o sistema está impondo ao nosso modo de vida. E o pós-pandemia?

No contexto pandêmico, há pessoas passando fome, relações de trabalho precarizadas, ao mesmo tempo uma sociedade onde as pessoas estão meio absortas e a articulação dos meios de comunicação de massa com os meios tecnológicos constrói um mundo telematizado.

A radicalização da tecnologia possivelmente vai se ampliar e as pessoas vão querer trabalhar em casa, em prol de mais qualidade de vida. Dados dos EUA mostram que a quantidade de pessoas pedindo demissão de empresas que não irão oferecer o home office pós-pandemia é crescente. Isso já é o presente e não mais o futuro. O que isso significa nas relações humanas, comunitárias? Talvez um mundo mais individualista? Porém, home office para melhorar a qualidade de vida não é algo que se aplique à maior parte da população, que não tem condição alguma de adotar esta nova forma de trabalho e, quem está fazendo home office, está juntando as atribuições profissionais ao trabalho doméstico e ao trabalho de educação de crianças e jovens.

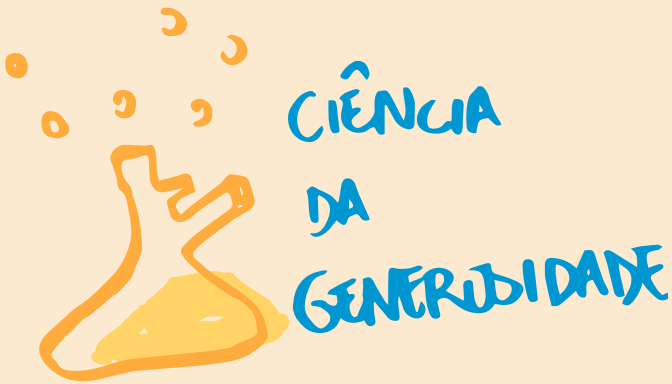
Esses novos desafios para o futuro têm a ver também com a questão de "para onde o dinheiro vai girar" e quem vai dominar esse dinheiro. O que vemos a partir do pós-guerra é que as sociedades que conseguiram pôr a mão na máquina que gira o dinheiro são as mesmas que continuam tendo a mão nas máquinas que financiam a cooperação internacional. E nenhuma dessas sociedades que possuem esses doadores criou seus mecanismos com recursos de fora do país, mas se apoderando do capital existente, seja via doações, seja via mercado.

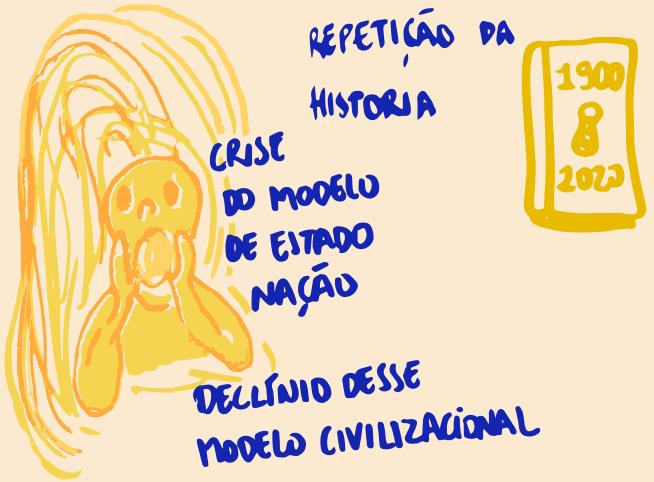
Crise do Estado-nação

Os desafios a partir do pós-guerra foram cruciais para criar a cooperação para o desenvolvimento. Neste momento em que estamos vivendo uma grave crise sanitária, o desafio do Estado-nação em crise também gera outro tipo de guerra.

O desmonte do Estado-nação já é uma discussão amadurecida desde o final da segunda guerra mundial e os resultados dele para os países africanos, por exemplo, foram terríveis, com total desmonte e espoliação que contribuíram para o aumento da miséria e da pobreza. E isso aconteceu porque todo recurso que estava sendo investido, num processo de colonização, foi retirado e investido em países europeus e norte-americanos, sem nenhuma política pública estruturante.

Precisamos entender essa crise para saber o que fazer. Há vários movimentos sociais, em nível global, que defendem o resgate do Estado-nação aos moldes do que conhecemos: dos direitos humanos, por qualidade de vida e de acesso a políticas públicas por todos e todas. E há também movimentos que afirmam que o Estado-nação está morrendo. Seria o caso de resgatá-lo ou o enterramos e pensamos em novas possibilidades criativas? Nós pensaremos ou deixamos que outros pensem? Nenhum/a de nós vai viver para ver a mudança, mas vale a pena se questionar o que vem depois. No México, as comunidades Maias debatem que, talvez, após o Estado-nação, o estilo de vida indígena, ancestral, possa ser uma alternativa viável para o mundo.





Depois de algumas décadas de Estados-nação em nível global comandados por homens brancos, mais velhos e de países ricos, experimentamos certa flexibilização, com a eleição de figuras emblemáticas como Obama, Dilma e Mandela, exemplos simbólicos da tentativa de mudar o poder de mão. Mas, o que está acontecendo com o conservadorismo é a tentativa desesperada de retornar o Estado-nação aos seus "donos originais", que se viram ameaçados. O pêndulo político é uma reação e, em sociedades onde isso aconteceu, houve uma forte perseguição a qualquer segmento independente, para desmoralizá-lo frente ao público conservador.

Uma novidade em relação à crise do Estado-nação é que ela vem desvelar a forma de atuação das grandes empresas de tecnologia e também de alguns atores do campo da filantropia na definição de resultados eleitorais, "polarizações" de sociedades etc. Pouco se avançou em nível internacional sobre como regular a internet e o que se vê são os bilionários aumentando suas fortunas, mesmo durante a pandemia, revelando que é grande o grau de imoralidade dos fluxos de dinheiro na atualidade.

Desafios para o Brasil

Depois de 30 anos de relação tensa, mas produtiva, com o Estado brasileiro, a sociedade civil está diante de um governo que destruiu políticas públicas e espaços de participação e controle social e que se alinha às forças conservadoras, as mesmas que tentam destruir o multilateralismo e a própria ideia de cooperação.

Durante a pandemia, associada ao pandemônio (governo de extrema direita), o campo das organizações mostrou capacidade de fazer frente à demanda emergencial, num contexto de ausência de resposta do Estado. Foram adotadas medidas que eram impensáveis para determinados perfis de organizações, como a constituição de fundos emergenciais e a compra de cestas básicas e medicamentos, para distribuição nos territórios onde atuam. Esse tipo de medida representou um desafio para um campo que ainda é muito reticente sobre atuar em situações como essas.

Ao mesmo tempo que lidavam com a emergência, as organizações continuaram a fazer a disputa política. A pandemia deu o sinal de que é necessário refletir e adotar novas práticas, em diálogo transparente com as organizações financiadoras. Este é um debate que merece atenção porque está profundamente vinculado às tendências da cooperação, seja privada ou governamental. É importante que se tenha consciência profunda desse nosso poder e da capacidade para colocar essas questões na mesa.

O que queremos frente a tudo isso? Queremos influenciar os tomadores de decisão estrangeiros para uma melhor cooperação conosco ou vamos criar nossos próprios mecanismos? Temos que usar a criatividade, pensar fora da caixa, olhar para frente, fortalecer o lugar em que estamos como sociedade civil, a nossa capacidade de atuar e quais as condições fundamentais, se quisermos ter um impacto maior na cooperação governamental. Enquanto instituições e movimentos sociais, como podemos politizar esses espaços? Como podemos adotar uma perspectiva de formação educacional crítica para esse novo contexto?

No contexto nacional, é legítima a defesa de um fundo público para a sociedade civil, pela responsabilidade que esse segmento tem na construção democrática. Serve tanto para fazer frente ao governo brasileiro atual, que impossibilita diversas ações, como também pensando na relação com agências e governos em outros países.

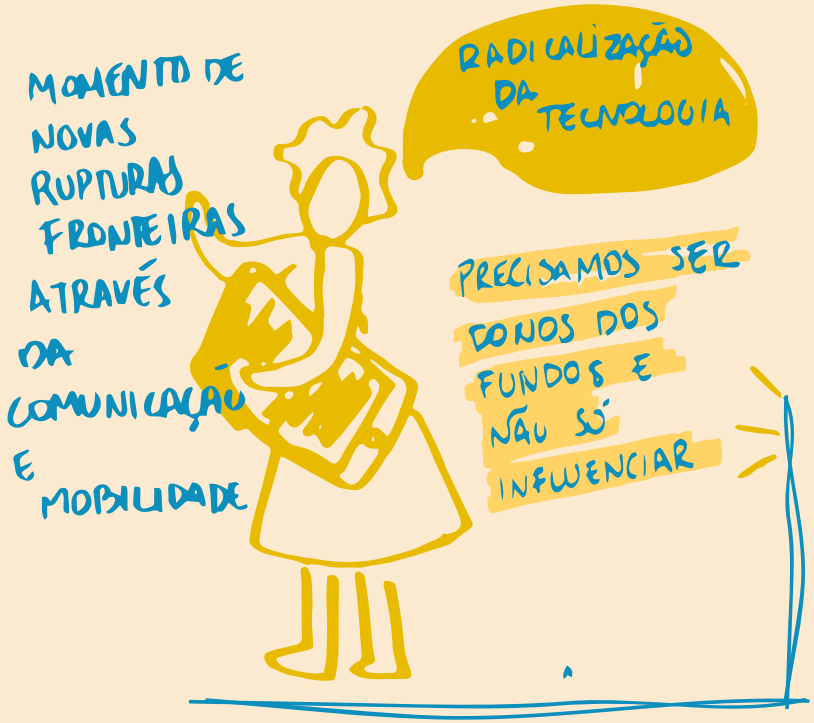
Ao lado disso, a experiência de criação de fundos comunitários no Brasil tem se ampliado, o que é bom, mas desperta a preocupação de que os próprios povos/organizações que os criam possam se tornar algozes das pequenas organizações locais. Esse risco existe? A dinâmica de criação de fundos independentes ou autônomos conta agora com um subgrupo – o dos fundos territoriais de movimentos e de povos e comunidades tradicionais – também como um campo de disputas, pois instituições doadoras muitas vezes os pensam apenas na racionalidade de facilitar a distribuição de recursos, o que não dialoga com a agenda dos movimentos.

É importante fortalecer fundos comunitários, ações solidárias, autonomia e defesa de modos de vida, mas sem perder de vista o lugar da mobilização e das agendas socialista, feminista e antirracista, que focam em direitos como caminho para possibilidades de transformação. Em essência, as organizações do campo dos direitos têm unidade sobre isso, mas é necessário separar o nome do conteúdo. Se o nome será filantropia, no Brasil há complicações por conta da péssima experiência que temos não só com a *pilantropia*, mas também com o "primeiro-damismo", as comunidades terapêuticas, o assistencialismo etc.

Além da crise do Estado-nação, há outros temas do futuro, como o êxodo urbano. Dados do mercado imobiliário brasileiro mostram que os preços de imóveis estão diminuindo em capitais e cidades médias e crescendo em cidades menores.

Outro desafio importante é pautar a questão racial como elemento estruturador das desigualdades sociais. Algumas fundações e organizações têm mais sensibilidade, mas essa questão ainda não está na centralidade dos temas das agências de cooperação, mesmo com as manifestações no mundo todo, inclusive no Brasil, em 2020. Pautar essa agenda e construir contra hegemonia é tarefa coletiva e, ao mesmo tempo, é uma questão que desafia o diálogo com o movimento social.

Essas reflexões não têm sido feitas somente por nós, aqui no Brasil. Vários países do Sul Global (México, África do Sul, Índia) estão tentando puxar conversas parecidas com essa, nas suas sociedades. O espaço do FSM era muito mais forte para impulsionar essas pautas e precisamos, talvez, recuperar e conectar essas ações..



Pós-pandemia e a cooperação internacional

A pandemia deixará um rastro de impacto negativo que se avoluma com a hegemonia ultraliberal. Há dois aspectos muito significativos para a construção de uma agenda filantrópica, a partir dos diversos setores da sociedade. O primeiro é o enfrentamento da fome no Brasil, que cresce nas cidades e no campo, e o aumento da população em condição de insegurança alimentar. O segundo diz respeito a "não deixar ninguém para trás" como preconiza a agenda 2030, quando se trata de educação.

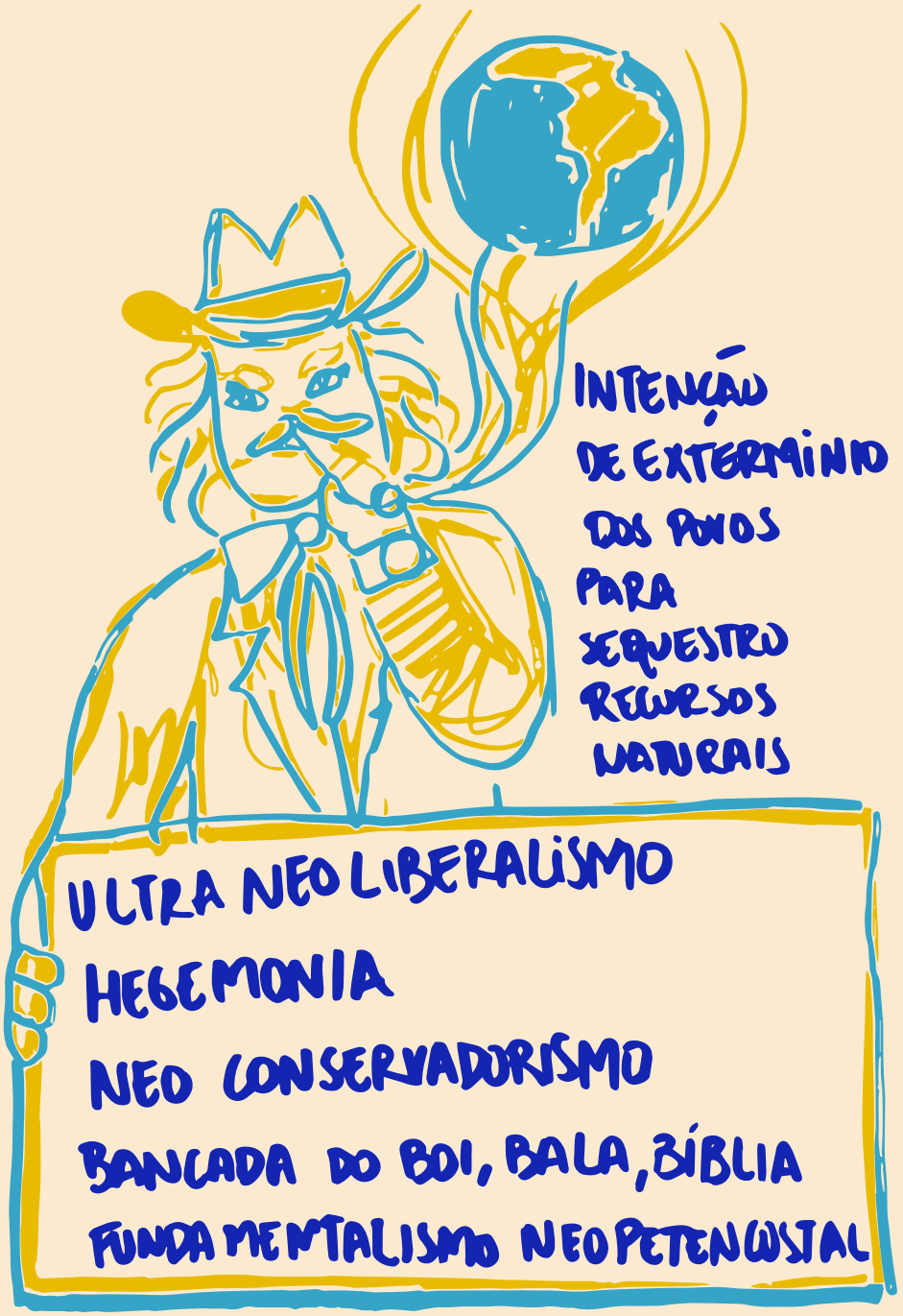
A realidade brasileira passa ao largo das tendências do debate sobre a cooperação internacional, seja no sistema ONU, no parlamento europeu e nos departamentos dos países, onde a centralidade está na agenda econômica e nos tratados de livre comércio. Não são consideradas questões centrais no Brasil, como o extermínio de populações indígenas, quilombolas e juventude negra, os ataques às políticas e programas conquistados para direitos de mulheres, população LGBTQIA+, assim como o desmonte do Programa de Direitos Humanos pela secretaria do atual governo. Esse debate não está na centralidade das discussões e estratégias da cooperação.

A pandemia da Covid 19 não é disruptiva do capitalismo. Como há muita gente ganhando dinheiro com essa crise sanitária, é muito grande a chance de ela ser reduzida a um elemento periférico, de caráter assistencial, que não vai tocar em questões fundamentais. Nos fóruns principais (PNUD e OCDE) essa questão está tomando o espaço da agenda 2030 até agora.

Há grande preocupação com o lugar que a pandemia vai ocupar. Existe a impressão de que ela impacta em uma nova fase que não se sabe se será focada em solidariedade, em mitigação ou para repensar o desenvolvimento.

Em razão da ênfase dada à Covid, o risco de despolitizar a cooperação é muito grande. A pandemia está violando direitos no campo da educação, de gênero e de outras populações vulneráveis e a forma de combate à pandemia está violando direitos que ultrapassam os limites da saúde pública, tem impactos multidimensionais, mas, pela emergência, tende a ser muito facilmente despolitizada. O desafio para nós é politizar ao extremo, para ela não ficar restrita à questão técnica e da vacina, que é fundamental. Mas, se a Covid vai pautar a cooperação internacional, o risco é a sociedade civil perder mais do que ganhar e criar uma espécie de agenda única para a cooperação que nos impacta de maneira muito ruim. Talvez uma estratégia seja acompanhar esses cenários, trazer essa discussão para o Brasil e apontar que essa tendência é ruim.

No início da pandemia, um editorial do Financial Times apontava que ela iria implicar na reconstrução do sistema ONU e das instituições de Bretton Woods, e que o novo pacto social seria feito em função da pandemia. Essas são duas linhas muito importantes. A novidade para países como o Brasil é que a cooperação que vem da agenda de clima - e a agenda emergencial, da pandemia - estão criando grandes fundos intermediários para organizar doadores, em torno de temas. Essa concertação feita entre doadores está configurada em novas institucionalidades, que organizam novas estratégias de doação.



doar
PARA transformar

CESE
Em defesa dos Direitos Humanos

pad
Processo de Articulação e Diálogo